

ENSINO A DISTÂNCIA: ENTRE A INSTITUCIONALIDADE E A FORMAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

MARTINS, Herbert Gomes – Doutor em Engenharia de Produção – UNIGRANRIO – hmartins@unigranrio.com.br

GALDINO, Mary N. D. – Especialista em Administração Escolar – UNIGRANRIO – mneuza@unigranrio.com.br

Palavras-chave: educação a distância – ensino – tecnologias

1. Introdução

Desde o século XIX, a Educação a Distância (EAD) é utilizada, principalmente, por algumas instituições de ensino não formais para envio de material instrucional e recebimento das respostas dos alunos. Na mesma época começou a ser utilizada também para realização de ensino regular em regiões com população residente em áreas de difícil acesso, como forma de tentar suprir essa deficiência.

Nos últimos tempos a educação a distância vem ganhando força com a utilização das tecnologias tradicionais aliadas às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs). Políticas públicas vêm sendo delineadas para essa modalidade de ensino com cara de “novo”, cheiro de criatividade e inovação.

Segundo Almeida (2004), embora a educação a distância realizada através de meios convencionais de transmissão dificulte o estabelecimento de inter-relações entre emissor e receptor, processo e produto e apresente altos índices de desistência, ela encontra-se disseminada em todas as partes do mundo, devido a necessidade de atender à crescente parcela da população que busca a formação inicial ou continuada a fim de adquirir condições de inserção no mercado de trabalho.

A utilização de novos meios de comunicação e de informação impulsionou a disseminação de cursos na metodologia de EAD que, contudo, precisa contar com profissionais competentes e qualificados para mediar esse tipo de ensino-aprendizagem. Podem as inovações tecnológicas ser sinônimo de inovações pedagógicas?

2. A utopia da educação *sem* distância

Embora no atual contexto a EAD apareça associada às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs ou TICs), as primeiras experiências no mundo datam do século XVIII, na Europa, com o uso da taquigrafia e dos recursos da imprensa, ainda incipiente. O primeiro registro de atividade sistemática de ensino a distância surge na Suécia em 1829 (Fernandez, 2003). No Brasil, essa modalidade de ensino é secular, já que há registros da mesma desde 1904, segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED.

Para fins de sistematização, este trabalho propõe, nesta sessão, quatro gerações no processo de evolução das experiências de EAD no Brasil e, na mesma direção, aponta também três modelos do processo de ensino-aprendizagem.

Para a primeira geração, tem-se a utilização da correspondência e do rádio, recursos esses inovadores para a época. O uso da correspondência foi amplamente utilizado pela Marinha do Brasil e também pelo Exército, sobretudo como recurso alternativo para viabilizar o treinamento das tropas em serviço (Fernandez, 2003). O meio postal está consagrado também na experiência hoje valorizada do antigo Instituto Universal Brasileiro (atual Instituto Mentor) que, a partir de 1941 passou a oferecer cursos profissionalizantes por correspondência. O rádio também cumpriu e ainda cumpre importante papel como mídia educacional, se considerarmos um país de dimensões continentais e que ainda comporta graves problemas de comunicação e interação nacional. Já na década de 20 do século passado, sob a liderança de Roquete Pinto na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, iniciava-se a modalidade da “rádio educação” que compreendia a assimilação de conteúdos instrucionais por meio da radiodifusão com vistas na ampliação do acesso à educação.

A experiência da radiodifusão foi tão poderosa, que ensejou a Igreja Católica a criar, em 1961, o Movimento de Educação de Base (MEB) desenvolvendo o ensino fundamental para adultos utilizando emissoras radiofônicas (Angelim, 2001).

A segunda geração passou a fazer uso da TV e do vídeo-cassete, primeiro no sistema vídeo-tape/ betamax e, posteriormente, no sistema VHS que sobrevive até os nossos dias convivendo com a onipresença do DVD. A televisão, juntamente com o vídeo-cassete, representou uma revolução em termos de possibilidades técnicas de cognição, pois aliavam som e imagem em tempo remoto ou real. Significa dizer, a possibilidade de gravar aulas e conteúdos e exibi-los em qualquer lugar a qualquer hora, contemplando assim uma das premissas básicas da EAD: *educação sem distâncias*.

A passagem dos anos 80 para os 90 representou a disseminação do uso do computador e de suas múltiplas funcionalidades, onde aqui se destacam os chamados Kit Multimídia, o CD-Rom e a Internet. No Brasil, o uso das NTICs associadas ao processo de ensino-aprendizagem foi possível de acontecer em escala pela via corporativa, dada a dificuldade de acesso doméstico ao computador, à Internet e às plataformas em ambiente *Web*. O advento da informática como suporte ao processo educacional produziu uma geração muito especial de teorias e teóricos. Pierre Lévy com os conceitos de *coletivos inteligentes* e de *ciberespaço*, Nicholas Negroponte com a proposta de tecnologia social, Manuel Castells com a visão da sociedade em rede na qual as TICs são como a nova fonte de energia que move o mundo.

A quarta geração se caracteriza pelas novíssimas tecnologias representadas pelas redes sem-fio (*wireless*) e a disseminação da tecnologia digital que permite maior capacidade de armazenamento de dados e maior interatividade. As plataformas e o LMS (*Learning Management System*) são cada vez mais robustos e customizados permitindo surgir especialidades dentro da própria EAD, de acordo com a linguagem tecnológica que se opte por adotar¹.

A utopia da sala de aula (inteiramente) interativa parece anunciar-se apontando para aquilo que Branson apud Stahl² chamou de processo interativo de aprendizagem centrado no aluno. Segundo o autor, o ensino a distância, como uma das possibilidades de realização do processo ensino-aprendizagem, possui antecedentes que remetem aos tempos passado e presente. No início, o modelo sustentado na tradição oral, uma reprodução da escolástica medieval em que toda a dinâmica do processo de cognição parte do professor e nele está centrado. No presente, segundo Branson, estaríamos vivendo a égide de um modelo ainda centrado no professor, mas com alguma interação. Porém, restrita aos movimentos professor-aluno e aluno-aluno, distante, portanto, da dialogicidade pretendida pelos pós-estruturalistas e pós-modernistas.

O modelo seguinte, segundo Branson, será baseado no processo de interatividade mediado por tecnologia, posto que professor e aluno disporão do mesmo acesso a informação e, assim sendo, construirão o conhecimento de maneira colaborativa.

Para situarmos o presente trabalho, entendemos que tanto Branson e mesmo Lévy estão propondo uma transição paradigmática, se considerado o processo de

¹ Para um aprofundamento do tema ver SILVA (2002)

² Branson apud Stahl, (2003)

ensino-aprendizagem. Por essa transição, a interatividade poderia ser obtida pela autonomia conquistada pelo aluno que não estaria preso a um tempo e lugar para aprender. Da mesma forma, o professor, inserido numa nova rede de relações, tende a deslocar o seu olhar tradicionalmente privilegiador do ensino para um olhar mais cuidadoso e interessado na aprendizagem. Logo, na perspectiva da significação que o conhecimento tem para o aluno. Assim sendo, o modelo de ensino-aprendizagem centrado no aluno seria possível de se realizar pela metodologia da EAD.

A maior distância que pode haver em educação é aquela que segrega professor e aluno na forma da *apartheid* em sala de aula.

3. Entre o *novo* letramento e a *nova* institucionalidade

O que é ensino a distância? Uma metodologia? Uma modalidade? Um estepe, no sentido de compensar a eventual impossibilidade de oferta ou insuficiência do ensino presencial?

É necessário que se entenda o ensino a distância no contexto dos modelos flexíveis de ensino surgidos a partir dos anos 80 e que se referem a uma educação compromissada com o sucesso escolar, ou seja, com as demandas economicistas para com a educação e a escola. Imperativos como a empregabilidade, a formação segundo o perfil demandado pelo mercado, passam a nortear o cotidiano da escola e a orientar as políticas estruturantes da educação, consubstanciadas nos decretos e portarias ministeriais que formam o aparato regulatório do setor.

Nesse contexto de eficiência da escola, a EAD e as NTICs aparecem como capazes de atender à demanda por formação continuada e pela promoção do desenvolvimento humano, no marco de uma sociedade cada vez mais marcada pela diversidade de culturas e diferentes padrões éticos, estéticos e de comportamento. A apreensão das inovações tecnológicas em educação foi ditada pela ótica do conservadorismo. Neste sentido, o emprego da tecnologia está deslocado para a instrumentalidade que, segundo Leher (apud Barreto, 2003) é reflexo da ideologia da globalização na formação docente.

Com efeito, as inovações tecnológicas têm um apelo de emancipação humana, segundo o qual homens e mulheres poderiam ter maior domínio da natureza, aumento do tempo livre e, fundamentalmente, a conquista do progresso material.

Como será visto adiante, esse discurso sociabilizante está subjacente nos vários movimentos que visam a obtenção do consenso ativo dos professores em formação, aqueles que se presume, serão os instrumentalizadores das novas tecnologias aplicadas à educação.

Nesta altura do texto, é oportuno discutir os efeitos da introdução e prática da tecnologia de escrita digital sobre as culturas de letramento tipográfico. Não obstante outros avanços, a verdade é que o computador e suas funcionalidades introduziram novos signos e linguagens potencializando as possibilidades de comunicação humana. E ainda continua a fazê-lo. As interações *on-line* (chats, e-mail, listas de discussão, orkut, blogs, fotoblogs, portais, etc.) incitam a novas formas de leitura e escrita a que Soares (2003) apropriadamente considera serem uma espécie de novo letramento, se confrontado o texto no papel. Destarte, a escrita na tela possibilita a criação de um texto significativamente diferente do texto no papel. Tome-se a funcionalidade do hipertexto como exemplo: segundo Lévy (1999, p. 56), o hipertexto tem uma natureza caleidoscópica, move-se, com a capacidade de se desdobrar em vários outros textos que se sucedem e se completam.

Edifica-se, ao lado da cultura do papel, uma nova cultura; a cibercultura. Esta enseja um novo contexto determinando novas formas de institucionalização que geram impacto nas formações profissionais que lidam diretamente com a produção, disseminação e reprodução da cultura, como é o caso dos educadores. Daí, a pertinência de se discutir os novos parâmetros regulatórios que regem a EAD e as competências envolvendo seu uso por parte dos professores profissionais³.

O curso de formação de profissionais de educação constitui-se como espaço privilegiado de reflexão, análise e discussão do ensino, seus descaminhos e desafios, bem como de formação de cidadãos, profissionais críticos, atuantes e capazes de contribuir com a realização das políticas educacionais sugeridas nos diversos segmentos públicos e privados. Daí a necessidade de aquisição de competências e habilidades especiais por parte desses profissionais, conforme preconiza as diretrizes curriculares editadas pelo Ministério da Educação. As referidas diretrizes prevêm a formação de profissional capaz de relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de

³ Chamamos a atenção para essa nomenclatura com o objetivo de fazer-lhe distinção em relação à nomenclatura mais genérica “profissionais da educação” a qual abrangeria uma gama de profissionais que, independentemente de seu valor no sistema, *estão fora da sala de aula*, distantes, portanto, da vivência direta com a relação aluno-professor.

informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas. Há de se considerar ainda, que no conjunto de competências inerentes à formação docente está implícita a capacidade inovadora de, pela ação-reflexão-ação, pensar soluções para situações-problema do cotidiano escolar como estratégia didática privilegiada, utilizando-se, inclusive, da interatividade proporcionada pelas TICs.

Mas, se por um lado o discurso da formação de professores remete a um cenário de modernidade, em que o professor aparece como agente inovador e indutor da inovação para as novas gerações, de outro lado, o da regulação e da institucionalização do sistema, tem-se a mesma percepção cambeta em relação a EAD no contexto da educação nacional.

Recuperando a trajetória da institucionalidade do ensino a distância no Brasil, percebe-se que o papel a ela relegado foi, até aqui, o de uma “educação de segunda classe”, apropriada às classes sociais subalternas, ou entendida como modalidade alternativa, ou ainda como atividade experimental, na maioria das vezes sem solução de continuidade.

Seguindo essa linha de análise, as primeiras normas sobre a EAD surgiram somente na década de 60 e, mesmo assim, de forma residual, ou seja, como apêndice de outras questões tidas como de interesse mais geral. É o caso do Código Brasileiro de Comunicações (Decreto nº 236/67) que previa o disciplinamento no âmbito da pasta das “Comunicações”, das mídias aplicáveis ao ensino. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71), foi facultada a utilização no ensino supletivo, de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação disponíveis na época.

A partir daí, houve um movimento crescente de institucionalização da EAD, elevada à condição de modalidade diferenciada de ensino, conforme consagra o texto da LDB vigente (Lei 9.394/96, Art. 80). A partir desta, a nomenclatura “educação” é adotada como de uso corrente em substituição a de “ensino”. Com efeito, a lei da educação passou a estender a todos os níveis de ensino constituindo-se em recurso da educação continuada. Mais recentemente, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, dedicado exclusivamente à regulamentação da EAD no Brasil, prevê a inserção da mesma nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitindo inclusive a oferta de programas de pós-graduação de mestrado e doutorado na modalidade à distância.

Por outro lado, é importante mencionar o contexto de inserção competitiva no Brasil na mundialização da economia e na globalização cultural em que novos dispositivos de regulação devem ser criados em consonância aos vários acordos

internacionais com organismos multilaterais e mesmo com alguns países, tendo como escopo, a garantia de universalização dos ensinamentos fundamental e médio, do comprometimento com a redução dos índices de evasão e de repetência e de aumento global do número de matrículas na escola. Mas, sobretudo da atenção para com a formação de professores dotados de competência para lidar com novos signos da contemporaneidade os quais, em última instância, determinarão a formação de uma geração do trabalhador e cidadão produtivo.

A UNESCO, em conjunto com o Banco Mundial e o FMI, são fomentadores das políticas educacionais de âmbito nacional com interesse concreto na expansão do sistema. Nesse contexto, a formação de professores passa a ser tratada como assunto prioritário: “Talvez nunca se tenha falado tanto na formação de professores”. (Barreto, 2003 p. 11).

Como exemplo da direção e sentido dessas políticas, citamos o Plano Nacional de Educação – PNE – que preconiza no capítulo “Educação a distância e novas tecnologias educacionais”, onde faz-se a defesa de que a EAD com apoio nas TICs, reduzirá os déficits educativos e as desigualdades regionais. Reforça, também, a prioridade da formação de professores para a educação básica.

A Secretaria de Educação a Distância, criada em 1995 nasce sob o manto do discurso da promoção da qualidade e da equidade do ensino público. Também sustenta a perspectiva de acesso democrático às tecnologias no sentido de familiarizar o cidadão com as mesmas, comportando uma série de programas dedicados à formação continuada de professores para a EAD ou por meio de sua metodologia.

Desde então, observa-se uma profusão de projetos e programas no âmbito dessa Secretaria tendo como a disseminação de novas tecnologias aplicadas ao ensino com o objetivo de ampliar acesso, melhorar a qualidade e produzir novas situações de aprendizagem:

TV Escola: dirigido à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública visa melhorar a qualidade da educação por meio da valorização do professor;

DVD Escola: compreende a distribuição de aparelhos e mídias em DVD contendo a programação da TV Escola e tem como objetivo declarado garantir a universalização, o elevado padrão de qualidade e a equidade da educação básica no Brasil;

ProInfo: programa educacional destinado a promover o uso da Telemática como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio;

e-ProInfo: é um Ambiente Colaborativo de Aprendizagem que utiliza a Tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem funcionando em ambiente *Web*.

ProConexão: projeto que funciona articulado com o ProInfo com o intuito de prover acesso à Internet aos laboratórios de informática deste programa;

Rádio Escola: desenvolve ações que utilizam a linguagem radiofônica para o aprimoramento pedagógico de comunidades escolares, e o treinamento de grupos profissionais entre outras ações;

RIVED – Rede Internacional Virtual de Educação: elabora módulos educacionais digitais visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem das Ciências e Matemática no Ensino Médio, além de incentivar o uso de novas tecnologias nas escolas;

PAPED – Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância: funciona em parceria com a CAPES, para apoiar projetos de pesquisa que visem o desenvolvimento da educação presencial e/ou a distância;

WebEduc: funciona na forma de intercâmbio entre Brasil e França para compartilhamento de educação e cultura, apoiado em rede a partir de um portal do que leva o mesmo nome;

PROFORMAÇÃO: é um programa de formação em nível médio e destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização, ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, nas redes públicas de ensino do país;

Projeto *Seednet*: revista eletrônica de EAD que possibilita acesso fácil, gratuito e dinâmico e promove a interação direta com seus leitores através de fóruns, bate-papos, enquetes e comentários que visam a um conhecimento qualitativo e ao atendimento à demanda dos mesmos.

Mídia Escola: objetiva a divulgação e a disseminação das produções, com o uso das tecnologias de informação e comunicação, desenvolvidas por alunos de escolas públicas, sob a orientação de seus professores;

Mídias na Educação: é um programa a distância, com estrutura modular, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impressos – de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação;

Portal Domínio Público: constitui-se em um ambiente virtual que permite a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos, sendo seu principal objetivo o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal;

Universidade Aberta do Brasil – UAB: propõe a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Entretanto, a reconhecida evolução institucional da EAD registrada no país e a profusão de projetos e programas governamentais não garantem a realização do salto de qualidade propalado se não houver a preocupação de se construir uma nova cultura em que as tecnologias deixem de ter “participação especial” para tornarem-se parte do cotidiano da escola e componente inerente à formação do profissional da educação *lato sensu*.

Admitir que a EAD apoiada nas TICs enseja um novo letramento, significa contextualizar a perspectiva freireana de que a leitura do mundo passa pela leitura da palavra. Na contemporaneidade, a palavra pode ser lida em diferentes mídias que remetem à múltiplas linguagens. Decodificá-las e reelaborá-las é desafio para um professor de novo tipo, qual seja, dotado de competência técnica e política para o domínio das tecnologias e o manejo das suas expressões no campo da cultura e da política. Para nós, esse desafio está para além das diretrizes curriculares dos cursos de formação.

4. Das potencialidades e limites da EAD na perspectiva da cultura de novo tipo

Estamos discutindo a construção de uma nova cultura, nos moldes de uma cibercultura (Lévy, 1999), a partir da escola. Tal proposta envolve a ação de atores políticos coletivos a começar pela comunidade. Queremos dizer que a primeira rede da qual a escola deve participar é a rede do compromisso social local. Esta precede e sustenta a rede virtual. Outra questão presente diz respeito ao acesso às tecnologias pelos segmentos vinculados à instituição escolar. Com efeito, a exclusão digital é uma das facetas da exclusão social em nosso país. Em tempos de tecnologia digital e conexões em banda larga, convivemos com a realidade de um país onde não há banda alguma, aonde a Internet não chega pela absoluta falta de um provedor de acesso. Sem falarmos no custo ainda relativamente alto de aquisição doméstica de um computador!

Em adição, temos um descompasso entre o discurso oficial que preconiza, como já visto, a formação de professores voltada para a capacidade de instrumentalizar as novas tecnologias educacionais, a realidade predominantemente adversa em que se realiza a formação docente, seja pela precariedade física das instituições e as limitações materiais das mesmas (sobretudo as de natureza pública) e a realidade da escola e de seu entorno onde a tecnologia é o oráculo da modernidade. A utilização da mídia ainda é um evento especial e as máquinas – sempre elas – ficam dispostas em algum local que não seja a sala de aula. Em geral, muito bem trancafiadas em algum *bunker* na tentativa de poupá-las do furto e do roubo.

Não basta treinar o professor nas diferentes mídias e prescrever-lhe um programa de instruções, pois o professor “tarefeiro” não poderá jamais fazer desse novo ambiente de aprendizagem um passaporte para a emancipação. Também não é apropriado chamá-lo de outra coisa que não seja simplesmente “professor”. Instrutor, tutor, facilitador, são figuras de linguagem que mascaram o compromisso pedagógico com a aprendizagem.

Na perspectiva de Lévy (1998), o professor torna-se o ponto de referência para orientar seus alunos no processo individualizado de aquisição de conhecimentos e, ao mesmo tempo, oferece oportunidades para o desenvolvimento de processos de construção coletiva de saber através da aprendizagem cooperativa, ou seja, ele é o animador da inteligência coletiva.

Nesse contexto, segundo Sherry (1998) o professor passa a ver-se como orientador – que apresenta modelos, faz mediações, explica, redireciona foco e oferece opções – e como aprendiz que colabora com outros professores e profissionais. A maioria dos professores ou instrutores que utilizam atividades de ensino mediadas pelo computador

prefere assumir o papel de moderador ou facilitador da interação em vez do papel de especialista que despeja conhecimento no aluno. (Sherry, 1998) e (Berge, 1997).

A redefinição do papel dos professores pelo uso de tecnologia envolve questões como estilos de ensino, necessidade de controle por parte do professor, concepções de aprendizagem e percepção da sala de aula como sistema ecológico mais amplo, no qual os papéis de professores e alunos estão começando a mudar.

Gunawardena (1992) relata que, ao decidir adotar para sua prática pedagógica *on-line* um modelo centrado no aluno, a interação e cooperação entre participantes, encontrou dificuldades em abrir mão do controle de sala de aula tradicional e percebeu que alguns alunos encontraram igual dificuldade em assumir responsabilidade pela sua própria aprendizagem e solicitaram apoio constante.

Segundo Gatti (1993) uma das reações mais comuns dos educadores às inovações é o ceticismo crônico provocado pela descrença frente aos programas não implementados e interrompidos a cada novo governo, aliado a uma resistência natural às mudanças e inovações.

Considerando a possibilidade da EAD transformar o paradigma da sala de aula não podemos deixar de citar a importância do ser humano nesse processo, “uma vez que não pode ser substituído por máquinas, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico” (Ruggiero, 2002). Segundo este autor, a simples presença da máquina não resolve problemas, já que a construção do conhecimento nasce da interação entre humanos. Não é uma operação automática. É interação com qualidade para fins educacionais. O homem é o recurso mais precioso nesse contexto.

Starobinas (2006) destacou que o perfil atual da sociedade propõe ao homem uma nova relação com o saber, através de conhecimentos abertos e contínuos que são obtidos através de fluxos não lineares. Nesta nova sociedade os conhecimentos se reorganizam a partir de diferentes objetivos e contextos.

Não podemos desprezar a dimensão flexível como uma potencialidade da EAD. Não estamos falando da flexibilidade como eufemismo para a pasteurização do conhecimento a serviço da produção de estatísticas que sugerem qualidade aonde só existe quantidade.

A flexibilidade na educação pode conduzir à definição de uma educação aberta, apoiada na pedagogia da autonomia (Freire, 2005), exercida numa comunidade de trabalho e de aprendizagem em rede.

A autonomia gera a responsabilidade para com o mundo. O indivíduo não somente lê o mundo como nele intervém.

Não se faz protagonismo político sem produção de cultura e esta somente se faz com homens e mulheres livres.

5. Considerações finais

Discutir EAD no contexto das TICs no momento contemporâneo significa conferir-lhe o devido destaque, mas, ao mesmo tempo, situá-la em suas limitações e reconhecer suas dificuldades.

No mundo inteiro discute-se novas alternativas pedagógicas e metodológicas frente à evolução acelerada das tecnologias. As informações são processadas cada vez mais rapidamente e conseqüentemente envelhecem mais rápido também. O tempo de vida dos saberes é cada vez menor!

No entanto, transferir-lhe a tarefa de universalização da educação básica e de expansão inclusiva no ensino superior como propalado nos programas governamentais, significa aprisioná-la na esfera do irrealizável e, por conseguinte, negar aquilo que a EAD pode ter de mais valioso: a eliminação das fronteiras.

A EAD e as TICs são motores de uma cultura de novo tipo. Essa cultura constrói e é construída por professores-educadores que detém a capacidade política de interferirem na adoção das políticas de formação e de atuação no sistema.

Significa dizer que, longe de ignorar ou desprezar os vários programas que são gerados a partir do fundo público, professores e professoras devem trabalhar para a execução democrática dos mesmos segundo a premissa de que as inovações tecnológicas não são garantia de inovações pedagógicas.

O domínio crítico da técnica por parte dos professores é condição indispensável para o manejo do processo de incorporação das mesmas ao cotidiano da escola.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, M.E.B. **Tecnologia de informação e comunicação na escola: novos horizontes na produção escrita.** PUC/SP. 2004.

_____. **O computador na escola: contextualizando a formação de professores.** São Paulo: PUC/SP, 2000.

ANGELIM, Maria L. Modelos flexíveis de educação/ensino: possibilidades e limites. In: Esteves, A P. e OLIVEIRA, G. D. **Educação a distância: experiências universitárias.** Rio de Janeiro, Eduerj (Centro de Tecnologia Educacional, 2001. p. 121-127.

BARRETO, Raquel G. (org). PRETTO, Nelson de L. ... [et al.] **Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas.** Rio de Janeiro: Quartet, 2ª ed., 2003.

BERGE, Z.L. **Characteristics of online teaching in post-secondary, formal education.** Educational Technology, 37(3); 35-47. 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1,** de 18 de fevereiro de 2002. Brasília, DF, 2002

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia.** Brasília, DF, 2005.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 1, n. 1 (1978) – São Paulo: Cortez, Campinas, CEDES, 1978.

ESTEBAN, M. T. Pedagogia de projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender, e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: JANSEN, F., HOFFMANN, J. e ESTEBAN (Org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo.** Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 81-92.

FERNANDES, Marcela A. **Ressignificando o conceito de EAD na formação continuada de professores.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UERJ, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GATT, B.A. **Os agentes escolares e o computador no ensino**. ACESSO. São Paulo – Ed. Especial, P.22-37, Dez/1993.

GUNAWARNENA, C. N. **Changing faculty roles for audio graphics and online teaching**. American Journal of Distance Education, 61 (3): 58-71. 1992.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

_____. **A Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

RUGGERO, W. e STAROBINAS, L. **Professores discutem mudanças na sociedade o futuro do e-learning**. Portal Universia Brasil, acessado em 20/03/2006.

SILVA, M. **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 3ª ed., 2002.

SHERRY, L. **The Nature and presuppose of online discourse a brief synthesis of current research as related to the web project**. International Journal of Educational Telecommunications.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81 p. 143-160, dez. 2002.

STAHL, Marimar M. Formação de professores para uso das novas tecnologias de comunicação e informação. In: CANDAU, Vera M. **Magistério: construção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 292-316.

STOER, S. e MAGALHÃES, A. M. Educação, conhecimento e a sociedade em rede. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1179-1202, dez. 2003.